REVISTA MILITAR

N.º 7 | JULHO DE 1969 | II Século | Ano 21.º

Director, proprietário e editor — Empresa da *Revista Militar*
Direcção e Administração — Largo da Anunciada, 9 — Lisboa — Telef. 32 15 12

Composição e impressão na **Tipografia da Liga dos Combatentes da Grande Guerra**
Rua João Pereira da Rosa, 18 — Lisboa

COMUNIDADE LUSO-BRASILEIRA[1]

General
ALFREDO SOUTO MALAN

O General Alfredo Souto Malan, Comandante do IV Exército, com sede no Recife, Estado de Pernambuco do Brasil, em Junho de 1969 eviou-me o texto de conferência por ele feita no Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro, no dia 7 de Dezembro de 1962.

Por considerar esta conferência com o maior interesse no âmbito da Comunidade Luso-Brasileira, solicitei à «Revista Militar» a sua publicação.

Que o General Malan me perdoe se, com isso, vou ferir a sua modéstia. Penso no entanto, que acima de tudo deve ser posto o conhecimento do pensamento Superior que ressalta através da leitura da mesma conferência.

Julho, de 1969.

O Chefe do Estado-Maior do Exército
Alberto Andrade e Silva
General

---

(1) Conferência feita no Real Gabinete Português de Leitura, em 7 de Dezembro de 1962.

Convidado para tomar parte neste Seminário, não me julguei no direito de recusar. Absorvido pelos meus afazeres profissionais, achei tempo para alinhar estes pensamentos, eminentemente pessoais, certo de que poderia, dessa forma, contribuir para maior aproximação entre os nossos povos irmãos.

Não serei longo. Busquei, como é natural e à luz do anteriormente externado por outros companheiros de farda, examinar o problema sob o ângulo militar.

Tornou-se fácil a tarefa, pois são claros e insofismáveis os fundamentos militares da Comunidade Luso-Brasileira.

Um espírito militar que nos vem da mesma fonte e, na actualidade, antagonismos comuns que nos motivam.

Ao abordar inicialmente, num resumo retrospectivo, os feitos daqueles que, em continuadas porfias, acumularam o espírito guerreiro que nos legaram, rendo a minha sincera e comovida homenagem aos portugueses nossos antepassados.

É pois com um misto de profundo respeito e de sincera humildade, que ouso versar tal assunto.

Respeito, devido àqueles que sempre homenageámos — rebuscando no passado, como em álbum de família — e que em tantas lutas empenhados nos transmitiram, na ininterrupta cadeia de gerações, a chama que lhes aquecia a alma e que nunca permitiram se apagasse. Respeito que nos merecem outros, tão convictos quanto nós, por certo com melhores dotes, que se debruçaram atentos a meditar nos actos persistentes e coerentes dos varões lusitanos, se empolgaram por seus feitos memoráveis, e extasiados, sentiram-se no imperioso dever de proclamá-los e enaltecê-los, pois «se compreender é necessário, compreender sem transmitir é vão trabalho».

É a hulmidade do pequeno em relação ao portentoso, do presente incerto em relação ao passado consagrado. Humildade de quem procura complementar a fraqueza de seus recursos com o calor da admiração e com a sinceridade que brota no nosso coração agradecido.

É como militar que vos quero falar e dizer do nosso reconhecimento àqueles nossos antepassados fardados que possibilitaram sermos o que somos.

O que pretendo expressar está no consenso de todo o militar que, ao longo de sua carreira, percorre no nosso território — «monje que é de nômades conventos» — e que em cada sítio militarmente convidativo, encontra erguido ainda ou, por impiedosa acção do tempo, em ruínas, um forte a assinalar a trajectória dos incumbidos, antes de nós, da guarda destas terras.

Não me julgo credenciado para a missão, outros, tenho a certeza, a cumpririam com maior brilho, mas devo agradecer a motivação que me foi proporcionada.

No pouco tempo disponível embrenhei-me em notas tomadas, reli com prazer páginas olvidadas e valendo-me de uma viagem de estudos imposta pela função que exerço, sonhei a penetração portuguesa no Amazonas; dos céus, meu olhar procurava vislumbrar os deslocamentos fluviais de Francisco Caldeira Castello Branco, Pedro Teixeira, Francisco Xavier Mendonça Furtado e de seus destemidos comandados, todos nossos pioneiros no desbravamento da terra portuguesa da América.

Por força do compromisso assumido vivi, intensamente a nossa formação no sarmento transplantado da vinha lusitana para as terras do Novo Mundo e de início escorado em estacas marcadas do sinete das quinas. Recordei, nesses últimos cento e quarenta anos o nosso desabrochar em frutos saborosos, de sumo idêntico aos produzidos pela cepa originária.

Sim, é o mesmo sangue que nos corre nas veias, caldeado na encruzilhada lusitana; daqueles mesmos que às ordens de Viriato enfrentaram as poderosas legiões romanas, que seguindo os primeiros reis da dinastia afonsina deram forma a Portugal, que por mares bravios se lançaram ao aceno do visionário Infante.

Muito devemos à tradição portuguesa, nós das Forças Armadas do Brasil. E quero desde logo lamentar que a ligação dos militares de hoje se faça em carácter platónico e espiritual e não como desejaríamos, complementada por maior convívio, pelo maior intercâmbio de pensamento pois é óbvio que melhor se podem apreciar e melhor se podem compreender, aqueles que melhor se conhecem.

A influência lusa na formação militar brasileira é categórica e incontestável. E cedo minha palavra neste instante ao ilustre soldado, organizador da nossa Biblioteca do Exército, General Valentim Benício da Silva, que nesta mesma casa já afirmou:

«O espírito militar — é afirmativa banal mas verdade irrefutável — herdámo-lo de Portugal e cultivámo-lo no Brasil». E continuava: «Se sabemos nas horas infaustas sofrer com resignação e desdita, temos sabido, muito mais vezes, combater com bravura, dominar com glória, vencer com magnanimidade, subjugar sem ódios».

Houve a natural evolução no nosso preparo militar. Por nossa própria conta adquirimos a indispensável experiência. As guerras do Império, as tendências de sistematização de nossa organização militar empreendida já neste século, os aperfeiçoamentos da técnica que nos transmitiram os vencedores gauleses da primeira Grande Guerra e a prática adquirida na última Guerra Mundial, no solo e nos céus da Itália e na guarda dos nossos mares, não invalidaram a nossa motivação inicial. A base onde assentamos a nossa actual capacidade de acção é o espírito militar lusitano que nos marcou indelèvelmente.

Num estudo feito sobre a importância das forças armadas na construção nacional, diz o conceituado chefe e historiador brasileiro, Cel J. B. de Magalhães:

«No período colonial, desde o descobrimento até o Reinado, a organização administrativa do Brasil, derivada da de Portugal, tem carecterísticas essencialmente militares, formando um conjugado de instituições oriundo das ordenações afonsinas. Os seus governadores são capitães-generais e a sua gente tem obrigações militares mais ou menos definidas, impositivas e de carácter permanente. As tropas pròpriamente ditas, que o guarnecem desde que Tomé de Souza aportou na Bahia — 600 voluntários que para aqui vieram em 1549, esclarecemos nós — têm papel de colonizadores, facto que se reproduz no decorrer do nosso crescimento nacional, até mesmo nos últimos tempos, mutatis mutandis. Efectivamente assim foi, por exemplo, já no século XVIII, ao tempo de Gomes Freire, para o Rio Grande do Sul, assim foi nos longínquos lindes de Mato Grosso e

Amazonas e assim foi já em pleno decorrer do século XIX, no Brasil Império, como se vê do sistema de colónias militares, que entrou pela República; ainda de algum modo é hoje, tal qual testemunha a existência das chamadas Unidades de Fronteira».

Aí está magnìficamente sintetizado, o nosso noviciado na carreira das armas. De guerreiros, com longa folha de serviço e continuadores de épicas campanhas empreendidas por seus maiores, recebemos a formação prática que serviu de alicerce ao que hoje representamos. Trouxeram eles desentendimentos ibéricos que se estenderam ao nosso continente, particularmente no Prata, e herdamos com a experiência guerreira, a antiga rivalidade que o tempo e um maior convívio felizmente foram apagando.

Nas lutas pela delimitação das terras portuguesas da América, aqueles heróicos pelejadores alargaram os nossos domínios «brandindo achas e empurrando quilhas». E hoje, homens do mesmo sangue, num desnivelamento maior dado o conforto que lhes oferece os centros civilizados, renderam-nos na guarda avançada de nossas fronteiras, com a mesma fibra, com o mesmo devotamento e com a mesma noção do cumprimento do dever que só tem paralelo nos que se dedicam às ordens religiosas e que naqueles confins, com eles se entrosam.

Ao longo dos três séculos que se estendem do descobrimento à nossa independência, foi-se sedimentando o nosso espírito militar.

A princípio as tropas — Milícias pagas de terra e de mar e Terços de Ordenanças — eram exclusivamente constituídas de portugueses. Aos poucos foram nelas incorporados elementos nativos e, em forte proporção, filhos de portugueses que aqui foram constituindo os seus lares. Por vezes, unidades completas vinham da metrópole, e tal norma se estendeu até o século XIX, quando a Divisão Auxiliadora foi empenhada por D. João VI na fronteira meridional, de onde retornou a Portugal directamente, já proclamada a Independência. Antes, aqui tivemos os regimentos lusitanos de Moura, de Estremoz e de Bragança e em 1776 é assinalada a chegada do 1.° Regimento do Porto.

De início, empolgados pela conquista das bases ao longo da costa oriental africana, na Índia e no Extremo Oriente, frente activa da luta onde se procurava assegurar a continuidade do comércio e consolidar o domínio português em área — desproporcional aos meios disponíveis, deixaram os reis de se preocupar, por longo tempo, com a frente que abriram no Novo Mundo.

Ao mesmo tempo que o Brasil se conservava em estado letárgico, por não ter trazido no seu berço o dote que dele se esperava, riquezas que as Índias forneciam ao preço do sangue derramado pelos indómitos conquistadores, acumulava-se a experiência guerreira da qual seríamos beneficiários.

Afonso de Albuquerque, segundo vice-rei das Índias, considerado o maior homem de guerra português do Século XVI, que tanto se dedicou pelo seu rei sem qualquer compensação, deixou-nos o exemplo da satisfação no dever cumprido, do sacrifício consentido e da fé nos destinos do seu povo.

A especial atenção que Portugal dedicou a seus postos avançados balizadores do caminho das Índias foi, por conseguinte, benéfica à formação do nosso espírito militar.

E vieram as primeiras entradas pelo misterioso inferno verde das matas desconhecidas. E organizaram-se as primeiras bandeiras em busca de tesouros e de mão-de-obra. E foram portugueses e seus primeiros descendentes — notadamente das terras de Piratininga — desbravando o nosso imenso interior.

Mostra-nos o Marechal Ignácio José Veríssimo, em estudo publicado na «Defesa Nacional», o esforço de nossos antepassados pela posse da terra, salienta a luta que mantivemos — contra o índio deversificado em tribos, bem diferente do que empreenderam os espanhóis enfrentando chefes — astecas ou incas — de organizações sedimentadas.

E ao caracterizar a diferença nos resultados obtidos, chama a atenção para a formação dos diversos países oriundos do personalismo dos conquistadores, em contraste com a continuidade territorial do Brasil. Em ambos os casos a mesma base linguística mas para nós sedimentada pela

forte noção de nacionalidade de que os portugueses estavam imbuídos.

Seguem-se as lutas contra a intromissão estrangeira e pela fixação das fronteiras em questão que particularmente se polarizam no extremo Sul.

Seria longo, e o tempo é curto, para remomorar, página por página, a nossa história militar. Contentemo-nos em citar, sem preocupação de ordem cronológica e ao sabor do acaso, factos que demonstram o emprego dado ao espírito militar que nos legaram.

Por diversas vezes o espírito de equipe, a união indissolúvel de uma tropa, nas campanhas cisplatinas ou na guerra do Paraguai, faz lembrar a coesão que Nuno Álvares imprimiu às suas forças, particularmente na gloriosa jornada de Aljubarrota.

O sacrifício do Tenente António João, pelo arrojo e a certeza de não sobreviver ao acto, transplanta para plagas americanas a arremetida de D. Sebastião ao desaparecer na batalha de Alcácer-Kibir.

É, calcado nas glórias imortais dos intrépidos navegantes que Barroso à frente de seus comandados, no mesmo ambiente, escreve as páginas gloriosas de nossa marinha de guerra.

Imbuídos da mesma noção de sacrifício, os voluntários da Pátria, nos inóspitos chacos paraguaios, em clima que curtira seus antepassados nas antípodas, demonstram o mesmo valor dos conquistadores de Calicute.

E os feitos do chefe invencível, o Santo Condestável, se reproduzem no Brasil imperial com a série ininterrupta de vitórias do Patrono do nosso Exército.

São factos de nossa história que provam como assimilamos as qualidades militares portuguesas, de bravura, de despreendimento, de argúcia, de adaptação às circunstâncias levadas ao extremo da nossa clássica improvização.

A lealdade tem sido, com raras e por isso mesmo marcantes excepções, motivo constante do nosso entendimento hierárquico. São fartos os exemplos. Não podemos admitir a mentira, o fingimento e a irresponsabilidade da palavra empenhada, nós que, nos primórdios de nossa história temos o exemplo de um Egas Muniz e de Martim de Freitas.

Sem a certeza que ao nosso lado está alguém do mesmo propósito, que como nós jurou fidelidade à mesma bandeira, não há tranquilidade na acção, a inquietação é permanente.

Se, pois, o passado nos fornece um fundamento militar que permite aproximar, cada vez mais as Forças Armadas de nossos dois países, como encaramos o futuro?

Sabemos todos que o escudo e a lança são armas manejadas por uma vontade. O Poder Militar deve ser moldado para servir a uma Política.

E no momento de tantas vicissitudes que a humanidade atravessa, de tantos compromissos assumidos pelos Estados na busca primeira da sobrevivência, examinemos de forma sumária as preocupações dos nossos dois povos.

Por certo o Brasil faz parte do Novo Mundo e com seus irmãos americanos acertou os empreendimentos e os apoios recíprocos no caso de ser violado o nosso continente.

Portugal por seu turno, membro da OTAN, tem suas ligações estreitadas com aqueles que se constituiram força avançada da civilização ocidental.

Mas contra quem, no continente americano ou na área do Atlântico Norte, se precavêem brasileiros e portugueses?

Contra o mesmo inimigo em potencial, aquele que vem tentando roubar a nossa liberdade de reverenciar os nossos comuns antepassados, de nos impedir seguirmos vivendo no mesmo clima de compreensão e tolerância, de respeito ao ser humano que gerações e gerações nos ensinaram. Aquele a quem abomina revivermos nos actos de nossos filhos as nossas próprias aspirações ao revés de encará-los como possíveis inspiradores de estátuas representantes da desagregação familiar.

O inimigo comum é o comunismo internacional, na sua expansão em busca do domínio mundial. Tenta apoderar-se das mentes para enfraquecer os braços. Reveste forma de adversário latente enquanto procura corroer internamente as nossas forças. Solapa, sem qualquer escrúpulo as energias que lhe possam antepor.

Não quero entrar pelo campo psico-social do problema. — Herdeiros da civilização cristã e de costumes em que fazemos da família a célula da nossa comunidade, outros argumentos poderosos poderiam ser invocados na imperiosa

necessidade de fortalecer a união daqueles que firmemente se antepõem ao comunismo.

Em Portugal provas diversas já foram dadas ao Mundo. No Brasil aí está a voz credenciada dos chefes militares e basta atentar para as declarações públicas de três companheiros meus, ilustres oficiais-generais, um deles desempenhando as funções ministeriais, que há poucos dias externaram o nosso pensamento quando das homenagens anualmente prestadas aos nossos companheiros que tombaram no cumprimento do dever.

Esse antagonismo que sentimos é comum ao Brasil e a Portugal e deve servir de fundamento militar para nos aproximar mais e mais daqueles com os quais já possuímos tantas afinidades.

Valendo-me do testemunho de outros militares já citados, transcrevo o que disseram o Marechal Veríssimo, quando enaltece a unidade da alma, maior força que nos legou Portugal, e o General Benício, quando aborda as nossas comuns preocupações.

Diz o primeiro: «Descobrindo e colonizando o Brasil, o português não nos trouxe apenas a cultura europeia, trouxe também a sua alma nacional esculpida em 400 anos de luta contra Castela e o Mouro, e nas empresas do seu heroísmo sobre o mar».

Alerta o segundo em 1945: «Juntos e irmanados estaremos na manutenção da ordem interna na solução honesta dos problemas económicos de após guerra, na repulsa às doutrinas exóticas e tendenciosas, essas que prometem o impossível para implantarem o incompatível com os costumes, com a organização social e política, com a religião e com a moral que são o nosso apanágio comum. Saberão, lusos e brasileiros, tendo a seu lado os que esta terra sempre acolheu sem restrições odiosas, evitar transigências com doutrinas de importação, já muito conhecidas em seus condenáveis processos e em seus mal disfarçados objectivos de domínio. Certo, com seus apóstolos e prosélitos, evitarão o comércio, de ideias e de utilidades, repudiando a colaboração e a convivência».

Portugal, bastião avançado de nossa mentalidade na velha Europa, cabeça de ponte para os reforços que do

Novo Mundo se encaminharem em defesa da civilização ocidental, pela sua posição e em particular graças a seus arquipélagos atlânticos, é peça indispensável e de importância militar indiscutível. Atentemos para os problemas ainda actuais de transporte aéreo, de comunicações, de cobertura meteorológica e de guerra anti-submarina e podemos julgar, sem maiores comentários, do extremo valor militar de Portugal.

Militarmente, formaríamos nós Brasil, com o nosso potencial económico e humano, com as riquezas minerais de nosso subsolo e com as matérias primas de toda natureza e de capital importância na indústria bélica, o complemento indispensável ao valor de posição que Portugal possui.

Esta exposição tem por fim motivar o debate no Seminário que ora se inicia e, por isso, aqui cabe abrir um parentesis.

A Guerra atómica ou mesmo a chamada Convencional, mas com a constante ameaça nuclear, é possível que não se concretise.

Vimos, há pouco, uma das partes em que o mundo está dividido, decididamente disposta a defender seus direitos indo para isso, às últimas consequências, não encontrar o mesmo propósito do adversário que, matreiramente manobrou em retirada, por não ser este o caminho que lhe convém. Preferiu continuar na sua insidiosa marcha da conquista dos povos e domínio da vontade dos seres humanos pela forma que escolheu, sem o emprego de suas divisões, de suas bombas e de seus foguetes. Preferiu continuar no solapamento da ordem que hoje ainda impera, buscando pela chamada «aproximação indirecta» obter a queda do fruto maduro, último baluarte da civilização ocidental.

Muitos já têm estudado e difundido essa nova modalidade de agressão, e os franceses bem a sentiram na Indochina, doloroso mas proveitoso laboratório.

A Guerra revolucionária reveste aspecto novo e é cientìficamente organizada. Obtem ou busca obter, em fases sucessivas que por vezes se sobrepõem, a conquista integral de um país, o domínio absoluto da vontade daqueles que nele vivem, sem a destruição material que a Guerra Nuclear poderia vir a proporcionar. Entrega ao vencedor,

um povo completamente submisso, uma colectividade despida de sua personalidade e alinhada nas colunas da subserviência, totalmente enredada no ambiente de terror que a técnica impõe.

É muito o que se poderia dizer a tal respeito, alertando aqueles que não desejam acordar amanhã escravizados e que para tanto precisam, com a liberdade de opção ainda disponível, tomar conhecimento da técnica dessa guerra para a ela se contraporem.

Diante de tal ameaça em pleno desenvolvimento, mais fortes são as razões para que unamos e ajustemos nossos esforços. Mas não basta para enfrentar o inimigo nessa modalidade de acção, o simples entendimento de militares, é preciso que o entrozamento se faça em todos os campos e, particularmente, no psico-social.

Torna-se imprescindível e inadiável que todos os povos, além daqueles que têm entre si maior afinidade, desprezando questões de menor importância que eventualmente os separam, se unam, se associem, se completem e se organizem, na luta vital contra o inimigo comum que só poderá ser detido, se encontrar, no campo que escolheu, a firme vontade de derrotá-lo.

Falo em termos de profissional e sem descer a pormenores técnicos mas atento sempre a que a Política de um Estado é que comanda o condicionamento de suas Forças Armadas. Dentro do que me propuz, vislumbro os fundamentos que, associados à cultura, na sua mais ampla expressão, constituem firmes e inabaláveis alicerces do completo entendimento.

Outros povos, de raças, línguas e crenças diferentes, diante de uma ameaça comum e só com base nesse perigo, têm-se associado com real proveito, formando o feixe de varas que lhes assegura a força. Nós e os portugueses, da mesma raça, entendemo-nos sem intérpretes, obedientes aos mesmos princípios cristãos, herdeiros da mesma cultura, militarmente ligados indissolùvelmente pelo passado que reverentes sempre invocamos, certos de que o mesmo antagonismo que se opõe à nossa caminhada é o constante e in-

saciável — violador do ser humano, porque reagimos a contrariar a poderosa força magnética que nos atrai?

A quem pode interessar que as aspirações comuns não se integrem, que os problemas particulares dos membros da mesma família não encontrem solução, que permaneçam as supostas e muitas vezes imaginárias desconfianças fàcilmente desfeitas nas tertúlias informais?

Nós militares, em particular, precisamos conviver se amanhã tivermos de associar nossos esforços; o nosso adestramento é feito à base da justaposição de peças que existem para se ajustarem. Os exercícios e as manobras, são ensaios de uma grande representação. O homem, após uma instrução individual se incorpora à equipe, as equipes se justapõem e se complementam, e as forças singulares se entrosam nos exercícios combinados. Quando esse ensaio ultrapassa as fronteiras, surgem maiores complicações, busca-se uma doutrina comum — organização e maneira de proceder — que permite o máximo rendimento da força. E aí aparecem os maiores obstáculos a ponto de se duvidar dos resultados que teria obtido Napoleão se o instrumento de sua vontade tivesse sido uma força interaliada.

Por certo entre nós e os militares portugueses tudo já está de antemão desbastado. Podemos pensar numa comunidade firmada em alicerces de sólida alvenaria.

Ao encerrar estas palavras, externo a minha convicção de que fundamentos existem no campo militar para maior aproximação de nossas Forças Armadas. Se as Políticas de nossos dois países encontrarem obstáculos na efectivação da comunidade, não os identificarão nesse campo.

Possamos nós, militares portugueses e brasileiros, conjugar os nossos esforços em defesa dos mesmos princípios, para que de tal facto se orgulhem, em seus túmulos, nossos comuns antepassados.